

**GUARDANDO MEMÓRIAS COM O CORPO: AS DANÇAS COMO GUARDIÃS DA
HISTÓRIA DA COMUNIDADE DO DOURADINHO, ITAPAGIPE/MG**

Maria Rita de Jesus Barbosa¹

INTRODUÇÃO

A região rural da Comunidade do Douradinho, no município de Itapagipe, é carregada de significados para a população negra. Os moradores possuem uma cultura muito singular, manifestações como cantos, cantigas de roda, versos e danças, que carregam a historicidade, não somente dos moradores daquela Comunidade, mas de uma cultura africana que resistiu ao desraizamento da terra mãe África, reproduzindo-se em solo brasileiro como parte da vasta e rica cultura fundada na oralidade de homens e mulheres negras, padecentes da diáspora forçada. As manifestações de danças encontradas na Comunidade Rural do Douradinho são fontes históricas imateriais, que documentam a presença da população negra na construção social, econômica e cultural da cidade de Itapagipe, desde o período dos primeiros grupos a fixarem moradia no Município na segunda metade do século XIX, os geralistas. Mas, a história dessa parte da população é silenciada nas páginas escritas da história oficial do Município. A dança do Engenho e da Arara são mais que danças, são rituais simbólicos reproduzidos como parte de uma memória corporal, inseridos em um contexto de silenciamentos da história local de Itapagipe.

COMUNIDADE RURAL DO DOURADINHO

A Comunidade Rural do Douradinho situa-se a 15 quilômetros da cidade de Itapagipe, é bastante conhecida pela maioria dos moradores da cidade, mesmo aqueles que não conhecem a região, como era o caso da presente pesquisadora, tem notícias daquela Comunidade e de seus moradores.

A Comunidade Rural do Douradinho é composta majoritariamente de famílias negras, que procuram manter viva a sua cultura voltada, em especial, aos festejos, como festa junina, comemorações de aniversários ou simplesmente forrós onde dançam, tocam instrumentos e cantam. Inserido na cultura rural da Comunidade estão forrós, festas juninas, acompanhadas de

¹ Doutora – PUC/SP; Mestre- UFU/Uberlândia; <https://lattes.cnpq.br/2158313331815695>; <https://orcid.org/0000-0002-2707-4013>.

danças, consideradas pelos moradores como originárias de seus antepassados de tempos longínquos. Na Comunidade do Douradinho existem mais de dez famílias que vivem em pequenas propriedades de terras, com menos de um alqueire. Famílias de homens e mulheres negras, compostas, na sua maioria, por pessoas com mais de sessenta anos.

A comunidade ainda mantém a tradição das festas de comunidade, das reuniões familiares, mas os forrós, que eram costumeiros dos finais de semana, estão acabando, como relataram alguns moradores, durante as visitas que fiz no mês de maio de 2022 e 2023, a região do Douradinho. Na Comunidade Rural do Douradinho, entrevistei dois casais, o senhor José, e sua esposa Dona Genivalda e o senhor Divino, irmão do senhor José e casado com Dona Esmeralda. Eles compartilharam comigo não apenas a história do lugar, mas suas próprias histórias, as histórias de suas famílias, as relações com a comunidade urbana do Pito Aceso, a cultura corpórea que se manifesta através de danças da Comunidade, como o Engenho e a Arara.

Os moradores do Douradinho falam com orgulho e entusiasmo sobre suas danças, que segundo senhor José, D. Genivalda, D. Esmeralda e senhor Divino, são danças criadas pelos moradores da Comunidade e que foram/são transmitidas de geração a geração. São duas as danças, Arara e Engenho, apesar de afirmarem que ambas foram criadas pelos seus antepassados, que habitaram a região, isso não se sustenta. a dança da Arara, assim como a do Engenho, presente na Comunidade do Douradinho, município de Itapagipe, tem suas origens remotas nos séculos XVII e XVIII, conforme estudos realizados sobre as origens das danças supracitadas.

Algumas narrativas populares, procuram explicar o surgimento da Comunidade Rural do Douradinho. A primeira delas, mais conhecida e aceita, principalmente entre a população branca do município, o que é compreensível, a versão corrobora com o pensamento de Gilberto Freire. Freire (2004)², defende um processo de incorporação dos mestiços à sociedade brasileira como algo, talvez, até harmonioso, o que teria ocorrido graças à flexibilidade natural do português.

² A criação de uma identidade brasileira, a partir da mistura de raças, defendida pelo pensamento Freiriano, que ocultou a forma violenta que tal mestiçagem ocorreu em terras do Brasil. Freire, agraciou, positivamente os portugueses brancos e senhores de engenhos, que em grande parte tornaram a mestiçagem uma realidade através de estupros de mulheres negras escravizadas. O ideal de mestiçagem, herdado de Gilberto Freire, está presente em uma das fontes históricas que representam o discurso de um grupo, na constituição da História oficial de Itapagipe, enfatizando o papel do branco como o grande responsável pelo desenvolvimento social, econômico e a orientação política.

É nesta primeira versão que surge a figura de fazendeiro bondoso da região, que teria alforriado seus escravos e doado um pedaço de suas terras, para os forros e seus familiares viverem no local.

A segunda versão, menos popular que a primeira, talvez, porque conte o surgimento da Comunidade a partir da narrativa dos vencidos. Escravos fugitivos de fazendas da região, foram se refugiando naquelas terras, criando uma Comunidade livre e passou a receber mais pessoas na mesma situação.

Para o nome da Comunidade, Douradinho, há outra narrativa. O nome Douradinho teria sido uma homenagem a um grande líder que a Comunidade teve em tempos antigos. Esse líder teria mandado arrancar seus dentes naturais e os substituídos por dentes de ouro.

A região rural da Comunidade do Douradinho, no município de Itapagipe, é carregada de significados para a população negra. Os moradores possuem uma cultura muito singular, manifestações como cantos, cantigas de roda, versos e danças, que carregam a historicidade, não somente dos moradores daquela Comunidade, mas de uma cultura africana que resistiu ao desraizamento da terra mãe África, reproduzindo-se em solo brasileiro como parte da vasta e rica cultura fundada na oralidade de homens e mulheres negras, descendentes da diáspora forçada.

A HISTÓRIA ORAL E A MEMÓRIA DE CORPOS EM MOVIMENTO

A história oral condiciona os acontecimentos para que muitas outras pessoas possam compreender como se constituiu o passado de seus próprios familiares ou até mesmo de grupos sociais que tiveram uma contribuição significativa para a história de seu lugar de origem.

A escolha da História Oral como a metodologia norteadora, ocorre pela possibilidade do trabalho com as entrevistas orais, pela tenuidade entre história oral e memória, e também como uma possibilidade de valorizar os nossos colaboradores. Para o historiador e professor José Carlos Sebe Meihy, sob as condições que se combinam para dar sentido a História Oral está a memória expressa por sons na responsabilidade de contatos de pessoas. Meihy utiliza a expressão, “[...] história oral filha da memória” (MEIHY, 2020, p. 13-14).

Diante da pesquisa em História Oral passamos a ter responsabilidade de escrever sobre sujeitos sociais, os nossos colaboradores da pesquisa, necessitando compreender a conjuntura dos eventos a partir da memória dos sujeitos. Conforme Portelli, “[...] a história oral é, principalmente, um modo de deixar a política e as condições sociais vivas e tangíveis, evidenciando seu impacto sobre a vida de determinadas pessoas” (PORTELLI, 2010, p. 27).

Assim, o trabalho com história oral permite que as narrativas deixem de ser temas distantes, para introduzir fenômenos históricos mais próximos, da região, do município e do bairro, conectando a cenários sociais e políticos nacionais.

A historiadora Marta Gouveia Rovai rechaça o entendimento que o historiador dá voz aos sujeitos entrevistados. Para Rovai (2022), a pesquisa em história oral, nunca foi sobre “dar voz”, mas sobre ouvir. “A memória não está registrada na cidade, são pessoas que querem produzir a sua memória no mundo.” (ROVAI, 2022). A historiadora considera que a história oral é mais que uma metodologia, é um processo dialógico, interpretativo, onde nos entreouvimos.

Segundo Raphael Samuel, a incorporação das fontes orais possibilita despertar, acrescentar perspectivas diferentes, principalmente através de entrevistas que são formas capazes de fazer com que os estudos de história local escapem das falhas dos documentos, ao que poderíamos substituir a ideia de falha, apontado pelo historiador britânico, como apagamentos e exclusões, bastante característicos das narrativas tidas como oficiais na história local.

[...] uma vez que a fonte oral é capaz de ampliar a compreensão do contexto, de revelar os silêncios e as omissões da documentação escrita, de produzir outras evidências, captar, registrar e preservar a memória viva, trazer à tona o “pulso da vida cotidiana, registrar os tremores mais raros dos eventos, acompanhar o ciclo das estações e mapear as rotinas semanais (SAMUEL, 1989, p. 233).

Certas memórias acabam sendo relegadas ao silêncio, sendo esquecidas pela sociedade em geral. Por extensão, contribuições, festejos, formas de convivências vindas dos grupos subordinados podem não ser celebrados ou rememorados nas sociedades pertencentes, “perdendo importância” nacional/regional/municipal. Neste contexto surge a história oral, que juntamente com a “memória coletiva”, condicionam a forma como os povos sociais se comunicam.

Na perspectiva de Antonacci, a memória é um processo e não um depósito de dados. Conforme a historiadora, a memória à semelhança da linguagem é social, e só pode tornar-se concreta quando mentalizada ou verbalizada pelos sujeitos. A memória e a linguagem são conjugadas, constituindo-se em processos culturais através do próprio exercício de interpretações.

As memórias atravessam as gerações, o que segundo Michael Pollak, “[...] ocorre por conta de um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado tão forte que podemos falar de uma memória herdada.” Esta memória “herdada” pode ser compreendida, também, como memória repassada às novas gerações sem grandes alterações e críticas. As ofensas procuram demarcar o lugar do negro em Itapagipe, como um lugar distante do centro da cidade, afastado dos locais de lazer, sendo uma referência de se “coloque no seu lugar”, um lugar que já está demarcado pela própria história da cidade.

A memória coletiva pode ser pensada a partir da preservação da memória de quais grupos? Para Maurice Halbwachs, a memória coletiva é construída a partir da recordação de eventos sociais quando os sujeitos utilizam de suas lembranças individuais.

Para que nossa memória se aproveite da memória dos outros, é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras [...] (HALBWACHS, 2003, p. 39).

A história oficial de Itapagipe poderia ser pensada através da construção de uma memória coletiva? A resposta me parece que sim, o livro *Nossa História* (1992)³ e os Bens que compõem o Patrimônio Histórico do Município se encarregaram da construção de uma memória coletiva em Itapagipe.

Os grupos privilegiados possuem meios para sedimentar a memória, afirma Bosi (1994), criando, inclusive, um sentimento de memória compartilhada por todos os sujeitos sociais. E é através deste conceito de memória coletiva que se torna possível compreender a tessitura de uma única história para a cidade de Itapagipe, a continuidade e reprodução dessa história oficial impede que outras histórias deixem o silêncio e reverberem na história local.

A memória das pessoas relaciona-se, intimamente, a sua vida social, ao seu cotidiano de trabalho, aos grupos de convívio e aos grupos de referência, tornando-se um desafio para

³ O livro *Nossa História* foi escrito por Jurani Gonçalves Lima e publicado em 1992, no período o prefeito era o seu marido, Antônio Gonçalves de Paula. O livro tornou-se a referência na divulgação da história da formação e construção social, cultural, econômica e política do município. Desde sua publicação, o *Nossa História*, é referência nos espaços públicos da cidade e utilizados na escola de educação básica como o livro didático da história local. Mas, existem algumas questões que me preocupam, enquanto professora de história no município e historiadora em relação a ampla utilização do livro e principalmente porque a sua narrativa é tomada como verdade quase que incontestável. Na sua narrativa, o livro privilegia um grupo específico na formação e construção do município, o grupo branco, chamados pela autora como os desbravadores, esse é o grupo ao qual Jurani pertence. É uma história de narrativas de homens brancos, laboriosos, a história daqueles que vencem nas escritas etnocêntricas.

parte da população negra a manutenção de uma memória, conforme Ecléa Bosi. “Entre as famílias mais pobres a mobilidade extrema impede a sedimentação do passado, [...]. Eis um dos mais cruéis exercícios da opressão econômica sobre o sujeito: a espoliação das lembranças” (BOSI, 1994, p. 443). A valoração da lembrança, na perspectiva de Bosi, delinea o conjunto de memória e oralidade, abordagem articulada ao fazer história.

DANÇA DO ENGENHO

Os moradores da Comunidade Rural do Douradinho compartilham o orgulho pelas danças, que segundo senhor José, D. Genivalda, D. Esmeralda e senhor Divino são danças criadas pelos moradores da Comunidade e que foram/são transmitidas de geração a geração. São duas as danças, Arara e Engenho, mas apesar de afirmarem que aquelas danças foram criadas pelos seus antepassados, que habitaram a região, isso não é verdadeiro, a dança da Arara, assim como a do Engenho, presente na Comunidade do Douradinho, tem suas origens remotas nos séculos XVII e XVIII.

As danças brasileiras surgem do contexto de presença do colonizador português, nessas terras, em suas relações com os povos originários e os africanos, trazidos para essas terras com a diáspora negra forçada. Nesse contato cercado de tensões, tem lugar a multiplicidade de movimentos, de ritmos, de danças populares brasileiras, em grande parte aquelas inseridas em contextos periféricos, sendo danças que nascem da miscigenação e do sincretismo de três povos de culturas tão distintas.

Diferentemente do que pensam os moradores da Comunidade Rural do Douradinho, a dança do Engenho não foi criada por eles. O Engenho é recriado nos terreiros dos moradores do Douradinho, fazendo parte de centenas de danças originárias da cultura africana no Brasil. Conforme alguns pesquisadores, como Denise Guerra (2009), José Tinhão (2008), a dança do Engenho ou também Engenho Novo, como é conhecida em algumas regiões do Brasil, possuí suas raízes em África, sendo a musicalidade e a dança elementos integrantes das sociedades africanas. Guerra considerou:

Todos os acontecimentos da vida africana são comemorados com música e especialmente com dança, sendo uma interdependente da outra; o que não faltam são os motivos: fertilidade, nascimento, plantio ou colheita, saúde, felicidade, doença e até a morte (GUERRA, 2009, p. 1).

Em seu artigo, aponta ainda para o caráter subversivo das manifestações rítmicas de matriz africana e sua influência na formação de novos ritmos e identidades no Brasil. Para Guerra, a dança do Engenho surge no pós-abolição da escravatura no Brasil, no contexto de centenas de danças originárias da cultura africana no Brasil, no estado do Pará.

Na comunidade do Douradinho, os moradores detalharam a coreografia do Engenho, durante as nossas conversas, explicando que a dança tinha aquele nome em referência aos movimentos realizados na moagem da cana. O senhor Divino é bastante atencioso sobre os detalhes como teria surgido a Dança do Engenho, que ele atribuiu a seus antepassados que, viveram na Comunidade Rural do Douradinho.

Nóis dançava também quando era aqui na fazenda, o povo dançava o Engenho. Os meus pai, os meu vô, pais do meu pai tinham engenho de cana, porque antigamente não é igual é hoje, porque hoje o engenho é movido com cavalo, com boi, porque o engenho de cana era um pau assim, fazia a moenda de madeira, aí amarava o cavalo ou boi, aí ia tocando a roda e uma pessoa tá ali, e aquele cabeçai que moia passava por cima da pessoa que tava colocano a cana, aí o povo pegava e tava frio demais, porque a muagem é miore nos mês de junho e julho. Aí cendia as fugueiras, aí falava vamo faze o engenho, o engenho. O engenho novo, aí acostumou dança do engenho que vai tocando e dançando conforme nós mói a cana e torce, quando quebrava o engenho, falava; vamo fazê um engenho novo, aí dançava o engenho. (Entrevista, Divino, 25/05/2022).

O senhor Divino tem uma narrativa sobre o surgimento da Dança do Engenho em sua família, inclusive atribuindo a criação da dança aos seus familiares, o seu avô paterno possuía um pedaço de terra e seria proprietário de um engenho de açúcar⁴. O senhor Divino se apropria de uma narrativa sobre o surgimento da dança que foi compartilhada no seu meio familiar e na comunidade do Douradinho. Na entrevista com senhor José, ele confirma a versão do irmão Divino, sobre a dança do Engenho ter se originado entre os antepassados de sua família. Segundo senhor José essa dança é antiga, seria da época de sua avó.

Imagen 1:Fotografia dos moradores da Comunidade Rural do Douradinho - Dança do Engenho

⁴ O mesmo que segundo senhor Divino havia perdido a terra por causa de uma pedra de diamante falsa.



Fonte: Foto cedida por familiares dos moradores da Comunidade Rural do Douradinho⁵.

Os irmãos, Divino e José, intercambiam nas descrições de seus relatos sobre a dança do Engenho, memórias, conhecimentos e religiosidades que interagem com relações que essas populações escravizadas acabaram sendo obrigadas a manter com o catolicismo, para terem permissão de realizar seus festejos, danças e praticar a religiosidade dos seus antepassados, como o exemplo dos santos que foram incorporados às festas juninas. Por meio de suas danças e ritmos, essas populações que utilizaram o corpo como meio de resistência e, atualmente, utilizam o corpo para manter vivas suas crenças, valores e experiências de viveres comunitários.

A região rural da Comunidade do Douradinho, no município de Itapagipe, é carregada de significados para a população negra. Os moradores possuem uma cultura muito singular, manifestações como cantos, cantigas de roda, versos e danças, que carregam a historicidade, não somente dos moradores daquela Comunidade, mas de uma cultura africana que resistiu ao desraizamento da terra mãe África, reproduzindo-se em solo brasileiro como parte da vasta e rica cultura fundada na oralidade de homens e mulheres negras, descendentes da diáspora forçada.

⁵ Acervo da pesquisadora, 2022. Descrição: Dança do Engenho, Itapagipe – MG, junho de 2017.

DANÇA DA ARARA

Imagen 2: Fotografia dos moradores da Comunidade Rural do Douradinho - Dança da Arara



Fonte: Foto cedida por familiares dos moradores da Comunidade Rural do Douradinho⁶.

Outra dança que os moradores da Comunidade Rural do Douradinho se orgulham é a da Arara. A dança da Arara está presente nas festas da população da Comunidade Rural do Douradinho, tendo espaço na tradicional Festa Junina⁷ da cidade, que ocorre todos os anos no final do mês de junho com a dança da Arara.

Nas conversas com os moradores da Comunidade Rural do Douradinho, Dona Genivalda contou que a dança da Arara não era uma dança que havia surgido na localidade, como os moradores afirmaram sobre a dança do Engenho. No entanto, durante a fala de Dona Genivalda, o seu esposo, senhor José, interveio, fazendo a seguinte ponderação: “*O Engenho*

⁶ Acervo da pesquisadora, 2022. Descrição: Dança da Arara, Itapagipe – MG, junho de 2018.

⁷ A festa Junina tornou-se uma festa popular no município, inicialmente, ainda na década de 1990, era realizada de forma individualizada por cada escola, no início de 2000, as escolas do município, juntamente com Comunidades Rurais decidiram se juntar e realizar a festa na Praça da Matriz, no centro da cidade, com o passar dos anos o número de barraquinhas que compunham a festa Junina foi só aumentando e a festa passou a ser comemorada em três dias. Diante do êxito que esta festa popular foi se tornando o poder público municipal decidiu se apropriar do evento comunitário e transformá-lo em patrimônio imaterial do município de Itapagipe. No ano de 2011, a popular festa junina ganhou o nome de Arraial do Lageado, agora como parte do patrimônio imaterial do município.

é daqui essa outra também era, porque aqui nós mudou para Arara, antigamente falava dança do Chapéu.” (Entrevista, senhor José, 25/05/2022).

A Arara é uma dança típica da região do Amazonas, mas que alcançou outros estados como Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraíba e Minas Gerais.⁸ Senhor Divino corrobora com a versão da cunhada, Dona Genivalda, que afirma a dança da Arara ter sido apropriada pelos moradores da Comunidade Rural do Douradinho.

É, é nossa, uma vez veio um rapaz pra cá e trouxe uma dança. A história é que os nortistas vinham para cá no pau-de-arara, né. Então aquilo era um atrais do outro, garrado naquele pau. Então a dança da Arara era uma diversão, né, porque a Arara é tudo um atrais do outro. Então ele trouxe essa dança para cá e nós achou boa. Aí nós acostumou aqui na fazenda, ou o forró ta frio demais, tem pouca gente, vamos dança uma Arara, vamo. (Entrevista, senhor Divino, 25 de maio de 2022).

As manifestações culturais da Comunidade Rural do Douradinho estão integradas a uma matriz de culturas dos povos nativos, mas principalmente dos povos africanos. A exemplo das danças que não foram apenas apropriadas pela população da Comunidade, mas sendo ressignificadas pelos moradores, que criaram narrativas próprias para justificar as origens dessas danças na Comunidade. Como a justificativa criada pelo senhor Divino para a dança do Engenho, explicando que os avós tinham engenho e realizavam essa dança imitando os movimentos de um engenho. Em outro momento, D. Genivalda explicava que a dança da Arara não tinha origem na Comunidade, no entanto, o marido intervém para dizer que era sim, mas com outro nome, segundo ele seria Dança do Chapéu⁹.

A dança do Engenho e da Arara¹⁰ são mais que danças, são rituais simbólicos reproduzidos como parte de uma memória corporal, inseridos em um contexto de silenciamentos da história local de Itapagipe.

⁸ Na Arara os pares dançam dispostos em círculo, e em dado momento surge um cavalheiro, sem par, trazendo um bastão enfeitado de flores: é o “arara” (bobo). A um sinal convencionado, cessa a música e os pares se desfazem. Novo sinal e os cavalheiros enlaçam as damas, surgindo então outro “arara”.

⁹ Senhor Divino também afirma que mesmo a dança da Arara se tornar conhecida a partir da presença dos migrantes da região nordeste, mas conhecidos no município como nortistas, na Comunidade eles já dançavam aqueles passos, sendo a dança conhecida como “Dança da solterinha”, porque no finalzinho da dança um fica sem par.

¹⁰ Durante a pesquisa no escarafunchar de fontes para compreender a origem e significados dessas danças no contexto da formação da cultura negra na história local acabei me deparando com um vídeo no YouTube, gravado em 2013, durante apresentações realizadas no município como parte de um projeto desenvolvido no estado de Minas Gerais, a Jornada Cultural. Link de acesso, dança do Engenho e Arara em Itapagipe, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2QkxjP0Npu0>. Acesso em: 15 ago. 2022.

**ARARA E ENGENHO: POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO NO PATRIMÔNIO
LOCAL DE ITAPAGIPE**

Há diferenças nos processos legais para patrimonialização dos bens históricos e culturais, os de natureza material são tombados, enquanto os imateriais são registrados. O registro pode ocorrer na esfera federal, estadual e municipal, os bens que passam a ser protegidos, através do instrumento legal do Registro, podem ser inscritos em quatro diferentes Livros, conforme sua natureza. Os livros fazem parte de uma divisão conforme a natureza do bem imaterial a ser registrado, estão divididos em; o Livro de Registro de Saberes, o Livro de Registro de Celebrações, o Livro de Registro das Formas de Expressão e o Livro de Registro dos Lugares.

As interpretações do Patrimônio Cultural Imaterial visam, também, construir produtos para serem lidos, fruídos e interpretados por outros. Nesse sentido, apresenta a experiência e o cotidiano dos indivíduos, em coletivo, na construção das memórias identitárias e patrimoniais. Para o historiador José Newton Meneses (2018), o uso da expressão Patrimônio Imaterial não condiz com a sua representação, pois designa os valores, as simbologias, os significados, os lugares, as manifestações festivas, os instrumentos mentais e saberes tradicionais de um grupo. Meneses argumenta que não há imaterialidade nessas manifestações, mas sim vivência, “[...], melhor seria chamarmos de *patrimônio vivencial*” (MENESES, 2018, p. 27).

A discussão sobre o Patrimônio Imaterial tem grande importância, principalmente quando pensado na hegemonia que Patrimônio Material, aquele feito de pedra e cal, exerceu desde que os primeiros bens foram tombados no Brasil. O Patrimônio Imaterial ou Vivencial, como Meneses propõe, não deve ser tomado em contraposição ao Material ou mesmo como um apêndice deste, mas valorizado como parte do Patrimônio da vivência de grupos sociais, comunidades locais, construído e tomado como valor primordial, sendo um bem cultural.

Em 1988, a Constituição Federal acrescentou a lista do Patrimônio Cultural, os bens imateriais, o patrimônio intangível, marcados mais pelos processos, representações do que por produtos, valorizando as formas de expressão, modos de fazer, de viver, manifestações de fé, expressões do corpo ganharam espaço no Patrimônio Cultural. O saber-fazer como parte de uma memória corporal ou uma memória hábito.

O professor Ulpiano Bezerra (2009), defende que não pode existir dicotomia entre os bens de natureza material e imaterial. Os bens materiais também possuem valores que são

intangíveis, como a fé, o conhecimento de determinada técnica construtiva tradicional, entre outros. Assim como os bens imateriais possuem propriedades materiais que possibilitam a sua existência. Um bem material, não sobrepõe em valor a um bem de natureza imaterial, e o contrário também não se justifica.

No 32º Simpósio Nacional de História, realizado pela ANPUH Nacional, na cidade de São Luís/MA, em julho de 2023, em uma Conferência presidida pela professora Márcia Chuva (UNIRIO) e o professor Paulo César Garcez Marins (USP). A fala de Marins chamou atenção à necessidade de democratização dos museus de história, casas de cultura e outros espaços voltados a divulgação e preservação da história e memória.

A ideia de outros povos contribuírem é horrível, geralmente, essa contribuição integra o Patrimônio Imaterial, como comidas, danças, cantigas, sendo colocado que os povos do Brasil, indígenas e africanos, contribuíram e, somente, os portugueses fizeram (MARINS, 2023).

O único bem Imaterial Registrado em Itapagipe pode ser tomado a partir da fala do professor Marins, pois no dossiê produzido para tornar a festa junina do Município em um bem imaterial, a história da escritora do livro *Nossa História* (1992), e de sua família é reafirmada, como os responsáveis por realizarem as primeiras festas juninas no Município e darem continuidade a festa ao longo dos anos. O que torna o Dossiê de Registro da festa junina, outra narrativa dos feitos da família Gonçalves Lima, no Município de Itapagipe.

A maioria dos Bens que compõem o Patrimônio Histórico-Cultural de Itapagipe, não estão tombados ou registrados, apenas inventariados. O inventário é outro instrumento de proteção para os bens patrimoniais, geralmente, os inventários antecedem a realização de processos de registro ou de tombamento, porque eles têm a função primordial de identificar, estudar, catalogar, classificar, registrar e, também, dar a conhecer, os bens significativos de determinado território.

O inventário é amplamente utilizado pelos órgãos de preservação do patrimônio cultural nos níveis federal, estadual e municipal. Podem ser realizados inventários de patrimônio material (edificações, fazendas, igrejas, sítios históricos, indumentária, peças sacras e da vida doméstica), de patrimônio imaterial (festas religiosas, determinadas línguas, modos de fazer, saberes, lugares sagrados), e, ainda, da paisagem cultural (serras, morros, rios, jardins, nascentes de rios), do Patrimônio Industrial (fábricas, processos produtivos, maquinário), do patrimônio arqueológico, entre outros.

Um dos principais objetivo dos Inventários é compor um banco de dados que possibilite a valorização, a salvaguarda, o planejamento e o conhecimento de potencialidades dos bens a serem protegidos em determinado lugar. Além de possibilitar o planejamento, a realização de projetos, o conhecimento, a valorização, a difusão e a participação ativa das comunidades envolvidas.

Conforme o IPHAN, o Inventário tornou-se como um “instrumento técnico que se dedica a coletar, reunir e sistematizar dados sobre os bens já protegidos para subsidiar as ações de preservação dos mesmos ou para auxiliar na identificação e valoração de outros bens a serem protegidos” (IPHAN/COPEDOC, 2008, p. 55). Atualmente, o IPHAN utiliza alguns instrumentos de conhecimento e pesquisa para a realização de inventários. São eles: INBI-SU (Inventário Nacional de Sítios Urbanos Tombados), INRC (Inventário Nacional das Referências Culturais), INCEU (Inventário de Configuração de Espaços Urbanos), IBA (Inventário de Bens Arquitetônicos) e INBMI (Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados). Para cada um deles, há metodologias e fichas específicas, com Manuais explicativos de aplicabilidade.

Em 1995, foi publicada a Lei nº 12.040¹¹, com a proposta de distribuir o ICMS de forma mais igualitária entre os municípios, remanejando dos mais ricos para possibilitar àqueles que não possuem grandes possibilidades de geração de renda local e desempenho econômico.

No ano de 2009, o estado de Minas Gerais criou o ICMS Patrimônio Cultural¹², através da Lei nº 18.030/2009, um programa de incentivo à preservação do patrimônio cultural do Estado. O Programa possuí como objetivo estimular as ações de salvaguarda dos bens protegidos pelos municípios por meio do fortalecimento dos setores responsáveis pelo patrimônio das cidades e de seus respectivos conselhos, em uma ação conjunta com as comunidades locais.

¹¹ A Lei nº 12.040, ficou conhecida como a Lei do Hobin Hood Mineiro, pois os critérios de distribuição do ICMS, passou a redistribuir de forma igualitária. Muitos dos municípios mais ricos de Minas, discordaram dessa proporcionalidade regulamentada por lei estadual. Disponível em: <https://leia.org.br/icms-patrimonio-cultural-icms-patrimonio-cultural-conheca-esse-pioneerismo-do-robin-hood-mineiro/>. Acesso em 05 abr. 2023.

¹² A Lei Estadual 18.030/2009, estabeleceu que para o repasse dos recursos advindos do Critério do Patrimônio Cultural, os municípios devem comprovar que possuem ações de gestão para a preservação dos bens culturais locais. O Iepha-MG oferece aos municípios orientações sobre as políticas de preservação, como a Deliberação Normativa do CONEP, que estrutura um sistema de análise e de pontuação da documentação apresentada pelo município participante do programa ICMS Patrimônio Cultural. Disponível em: <http://www.ipeha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/icms-patrimonio-cultural#como-participar-do-programa>. Acesso em 05 abr. 2023.

O Programa ICMS Patrimônio Cultural que é uma ação pioneira, efetiva e até então única no Brasil, para o reconhecimento, o inventário e a preservação do Patrimônio Cultural de todos os municípios de Minas. O Estado foi o primeiro a adotar uma Lei para estabelecer políticas de proteção aos bens culturais municipais, usando recursos do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Segundo informações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha/MG, o resultado desta política mostra que mais de 80% dos municípios mineiros contam, hoje, com um Conselho Municipal do Patrimônio Cultural atuante e, portanto, efetivam a gestão de seus bens culturais.

A historiadora Sandra Dantas (2021), realizou uma pesquisa sobre a produção histórica de cidades do Triângulo Mineiro pelos órgãos públicos. Dantas realizou a pesquisa em 33 cidades do Triângulo, e somente em 7 delas encontrou produções dos órgãos públicos sobre a história local. Essas produções privilegiam uma determinada narrativa,

[...] processos de ocupação; formação político-administrativa; personagens, datas e eventos considerados relevantes; a corografia e as riquezas naturais; e os dados populacionais e econômicos (DANTAS, 2021, p. 31).

O município de Itapagipe, conforme o levantamento feito por Dantas, está entre os 7 que possuem produção dos órgãos públicos, o que a historiadora atribui à participação do Município no Programa ICMS Patrimônio Cultural. “Vários aspectos da história de Itapagipe são contados em seu *Plano Municipal de Cultura e Inventário Turístico*, elaborado e continuamente reformulado, visto que a cidade participa do Programa ICMS Patrimônio Cultural” (DANTAS, 2021, p. 39).

Dantas (2021) descreve em seu artigo, os aspectos da história de Itapagipe, narrados a partir da leitura que fez do Plano Municipal de Cultura e Inventário Turístico.¹³

É um trabalho em construção, basicamente descritivo, e não se observa uma trajetória a ser validada. A construção é feita a partir da fonte tradicional que é o livro da memorialista local, entrevistas com moradores mais velhos e personagens de destaque político (DANTAS, 2021, *loc. cit.*).

¹³ A cartilha, “*Olhar o Passado Para Entender o Presente e Projetar o Futuro, Educar para Preservar.*”, produzida em 2020, pela Secretaria Municipal de Cultura para atender as exigências do Programa gerenciado pelo Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha – MG), do qual o município de Itapagipe faz parte. A criação da lei estadual nº 18.030/2009, denominada Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, garantem o direito aos municípios mineiros que aderirem a esta Lei o recebimento de repasses do ICMS Patrimônio Cultural.

O material consultado por Dantas (2021), refere-se a Cartilha de Educação Patrimonial, produzida em 2020, pela Secretaria Municipal de Cultura de Itapagipe em 2020, e o livro citado pela historiadora, em seu artigo, é o livro *Nossa História* (1992), de Jurani Gonçalves Lima. Duas personagens da história local se encontram na passagem supracitada, a memorialista e autora do *Nossa História*, obra responsável pela construção da narrativa oficial local do Município. Várias passagens do *Nossa História* estão presentes em outro livro *ITAPAGIPE: Lapidando a História* (2007)¹⁴, assinado por Benice Maia.

A cartilha citada por Dantas, fora produzida por Benice Maia, durante o exercício do seu terceiro mandato como prefeita (2017-2020), no período da produção da Cartilha de Educação Patrimonial, “*Olhar o Passado Para Entender o Presente e Projetar o Futuro, Educar para Preservar.*” (ITAPAGIPE, 2020).

Os livros de ambas, Lima (1992) e Maia (2007) assemelham-se, mesmo estando separados por mais de 15 anos, as narrativas estabelecem relações a partir do enaltecimento de personalidades políticas, de sujeitos e famílias com poder econômico no município, deixando outros grupos sociais invisibilizados na formação social, política, cultural e econômica de Itapagipe.

A educação formal tornou-se uma via bastante utilizada para a educação patrimonial, ficando a cargo, principalmente, do ensino de história. Com visitações à Casas de Culturas, Centro Históricos Urbanos, a educação patrimonial passa a resumir à transmissão da historiografia oficial das cidades relacionando aos bens culturais, sem considerar os usos sociais no espaço urbano na atualidade e os significados atribuídos pelos sujeitos sociais a esses determinados bens culturais.

Como é sabido, o campo do patrimônio constitui um terreno de conflitos e de construção social, e ao adentrar nele é preciso ter cuidado com algumas falácia, pensando, inclusive, na proposta da educação patrimonial, conforme Tolentino: “[...] implica ir além do conhecer para preservar; é necessário que se propicie a reflexão crítica. E, a partir dessa reflexão, buscar a transformação da realidade” (TOLENTINO, 2016, p.41).

¹⁴ livro assinado pela ex-prefeita de Itapagipe, Benice Maia (PSDB, 2005-2008), sendo uma espécie de autobiografia, estendida para uma biografia de cidadãos do município, considerados memoráveis pela autora, principalmente, aqueles que ocuparam cargos políticos no município. Esse livro de biografias, *dos construtores da política de Itapagipe*, como a própria autora o apresenta, reproduz em suas páginas, a narrativa do livro *Nossa História* sobre a formação social, econômica e cultural do município.

Na prática o patrimônio cultural concebido como um elemento social implica reconhecer o jogo de forças existentes no seu processo seletivo e até mesmo de sua apropriação, em que estão imbricados os conflitos e as divergências na permanente luta entre a memória e o esquecimento dos grupos que habitam em uma localidade.

O professor Ulpiano Bezerra considera que o uso cultural da cultura ao invés de estabelecer uma interação das representações e práticas, privilegia as representações que eliminam as práticas, o simbólico substitui as condições concretas de produção e reprodução da vida cotidiana. O simbólico possuí o espaço dos centros culturais, museus, casas de culturas para ser representado, mas as manifestações que ocupam lugares concretos da vida reavivar e afirmar as diferenças culturais, causando tensões entre grupos sociais que possuem culturas divergentes.

O Patrimônio Histórico-Cultural pode ser pensado como um instrumento de poder quando aponta para o protagonismo cultural de determinado grupo. Nesse mesmo viés ocorre outro equívoco, atrelado a uma perspectiva conscientizadora da população para importância de valorizar um Patrimônio específico.

No processo de seleção de patrimônios e, consequentemente, de construção de memórias e identidades coletivas, comumente esse processo seletivo, concebido como um espaço social de disputa política, econômica e simbólica, tende a reproduzir, como um discurso homogeneizante, a manutenção de uma hegemonia de determinados grupos sociais dominantes, detentores de maior capital simbólico (TOLENTINO, 2016, p.42).

O Patrimônio Histórico-cultural pode representar mais como um valor de símbolo cultural que seu valor identitário, o seu uso deve ser pensado além da valorização de um Patrimônio consagrado, mas pensar nas disputas de poder imbricadas na seleção daquilo que tornar-se Patrimônio para toda uma sociedade.

As memórias selecionadas, as relações de poder, a falta de representatividade marca a seleção de muitos bens patrimonializados em nossas sociedades. A história de homens brancos ocupa o espaço público de nossas cidades, tornando-se lugares de segregação que pouco celebram as memórias e histórias de grupos sociais populares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As danças da Arara e do Engenho, fazem parte das comemorações das festas juninas e segundo os moradores, sempre que marcam algum forró na casa de algum dos moradores da Comunidade, é para dançar Arara e Engenho, e não podendo faltar a fogueira. Esta última, conforme compartilhou comigo o senhor Divino, é considerada pelos moradores como originária na Comunidade do Douradinho.

Retomando as danças da Arara e do Engenho, consideradas pelos moradores do Douradinho danças nascidas entre os seus antepassados que habitaram aquela região rural do município de Itapagipe e posteriormente teriam fundado a Comunidade. Essas danças foram e ainda são apresentadas no Arraial do Lageado, no entanto como parte subsidiária das atrações do evento, promovido pela Prefeitura Municipal e Secretaria de Cultura. Não há o cuidado de contextualizar as origens das danças da Arara e do Engenho, a presença da população negra no Município e menos ainda a história da escravização.

Os bens Tombados, Registrado e Inventariados contribuem para a legitimação da história oficial de Itapagipe, reafirmando a memória de algumas famílias itapagipenses. Essa narrativa foi sendo incorporada pelos moradores, tornando-se uma memória de caráter coletivo no Município, contribuindo para o sufocamento de saberes, experiências, crenças, memórias e manifestações de grupos e sujeitos que a história local não considera importantes para serem lembrados ou registrados.

REFERÊNCIAS

- ANTONACCI, Maria Antonieta. Memória e Patrimônio em “arquivo vivo”. *Projeto História*, São Paulo, v. 62, p. 80-110, maio-ago. 2018, p. 94. DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2018v62p80-110>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/37842>. Acesso em: 23 jan. 2022.
- ANTONACCI, Maria Antonieta. *Memórias Ancoradas em Corpos Negros*. – 2 ed. São Paulo: Educ., 2014.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 443.
- CHUVA, Márcia. "Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado". *TOPOI*, v. 4, n. 7, jul.-dez. 2003, pp. 313-333. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/drB37BbmDb4gnVqwYbtHpLF/?lang=pt>. Acesso em: 10 fev. DANTAS, Sandra Mara. Do feitio de aldeia aos ares de cidade – a constituição do urbano no extremo oeste de Minas Gerais. *Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade*. ANPUH/SP – UNESP-Franca. 06 a 10 de setembro de 2010. Disponível em:

http://www.encontro2010.sp.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=562. Acesso em: 04 fev. 2023.

DANTAS, Sandra Mara. Os usos do passado para um futuro inaudito: A produção histórica das cidades do Triângulo Mineiro segundo os órgãos públicos. *Sæculum – Revista de História*, [S. l.], v. 26, n. 44 (jan./jun.), p. 30–43, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.2317-6725.2021v26n44.57657. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/57657>. Acesso em: 5 fev. 2023. 2023.

FREIRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 49 ed. São Paulo: Global, 2004.

LIMA, Jurani Gonçalves. *Nossa História*. [1991 ou 1992].

MAIA, Benice. Itapagipe: Lapidando a história. Itapagipe: Atual Comunicação, 2007.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; RIBEIRO, Suzana L. Salgado Ribeiro. *Guia prático de história oral*: para empresas, universidades, comunidades, famílias. - São Paulo: Contexto, 2011.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; SEAWRIGHT, Leandro. *Memórias e Narrativas: história oral aplicada*. – São Paulo: Contexto, 2020.

MENESES, Maria Paula; BIDASECA, Karina. Epistemologias do Sul. In: ANTONACCI, Maria Antonieta. Corpos Negros: “*Arquivo vivo*” em episteme de “lógica oral”. 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Coímbra: Centro de Estudos Sociais - CES, 2018. Libro digital, PDF.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *O campo do patrimônio cultural*: Uma revisão de premissas. Conferência Magna, I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural. Ouro Preto. IPHAN, 2009. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2451674&forceview=1>. Acesso em 12 out. 2023.

PORTELLI, Alessandro. *Ensaios de história oral*. Tradução: Luiz Cássio e Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. Tradução Ricardo Santhiago. São Paulo. Letra e Voz, 2016.

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, v.9, n.19, p.219-243, 1990. Disponível em: http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3887; acesso em: 28 mar. 2022.

TOLENTINO, Átila B. *O que não é educação patrimonial*: cinco faláncias sobre seu conceito e sua prática. In TOLENTINO, Átila B.; BRAGA, Emanuel Oliveira (org.). Educação Patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas. (Caderno Temático n.o 05). João Pessoa: Iphan-PB/Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_educacao_patrimonial_05.pdf. Acesso em 30 jan. 2023.